

RELATÓRIO PARCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL

DATA: 2/6/2009

TEMA: Debater o impacto da crise econômica nas pequenas e microempresas.

CONVIDADOS:

Ramon Alves Amaral, Presidente do Sindicato da Indústria do Calçado de Nova Serrana; Roberto de Souza Pinto, Presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica; Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil; Leonardo Purri Miranda, Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Walter Bernardes de Castro, Presidente do Sindicato da Indústrias da Construção Civil de Minas Gerais; Roberto Simões, Presidente do Sebrae – MG.

PARLAMENTARES PRESENTES:

Efetivos: Dep. Sebastião Helvécio / PDT (Coord.) Dep. Wander Borges / PSB	Outras Presenças: Dep. Antônio Carlos Arantes / PSC Dep. Adelmo Carneiro Leão / PT Dep. Carlos Gomes / PT
--	---

AUTORIDADE PRESENTE:

Sr. Edelson Sebastião Fernandes Meirelles, Prefeito do Município de Coronel Pacheco.

EXPOSITORES:

Sr. Leonardo Purri Miranda, Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Sr. Arisson Carvalho de Araújo, Gerente do Núcleo de Projetos da Fiemg, representando o Sr. Roberto de Souza Pinto, Presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica – Sindvel

**Sr. Frederico César Mafra Pereira, representando o Sr. Roberto Simões,
Presidente do Sebrae – MG**

**Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil
– Abit**

Análises Setoriais

**Leonardo Purri Miranda, Presidente da Associação das Micro e Pequenas
Empresas da Região Metropolitana de Belo Horizonte**

O Sr. Leonardo Purri Miranda iniciou suas considerações conceituando as pequenas e microempresas – MPEs –, uma vez que hoje existem inúmeros critérios para defini-las. Foi utilizado o conceito mais adotado, qual seja, o trazido pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que as conceitua com base na receita bruta auferida anualmente. Segundo esse diploma, considera-se microempresa aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e empresa de pequeno porte, a que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Afora esses balizamentos, ressaltou que as MPEs representam mais de 90% das empresas que atuam no País, sendo, assim, o segmento que mais emprega - aproximadamente 60% da mão de obra ativa do País. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais – Rais –, cerca de 95% dos postos de trabalho gerados entre 1995 e 2002 foram oferecidos pelas MPEs. Dessa forma, essas empresas cumprem o papel de dar capilaridade à economia, distribuindo bens, serviços e renda à sociedade.

Diferentemente da segmentação por atividade do setor empresarial, as MPEs são também segmentadas por porte, tendo em vista a alta convergência dessas empresas em relação às deficiências estruturais apresentadas (baixo grau de organização, informalização de gestão, dificuldade de acesso ao crédito, pouco acesso à tecnologia).

Ademais, foram relatadas outras deficiências históricas que envolvem as pequenas e microempresas, destacando-se o alto nível de informalidade, decorrente

do excesso burocrático e do excesso tributário, que elevam o custo de manutenção de uma empresa formal.

A microempresa reflete os desdobramentos da crise em todos os seus efeitos. Se pudermos detectar os impactos da crise nas MPes, teremos condições de transpor a crise com mais facilidade.

SUGESTÕES:

- articulação de políticas públicas específicas para o segmento;
- edição de lei para regulamentação da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pelo Estado e pelos Municípios;
- redução da substituição tributária, por entender que, por representar antecipação do recolhimento de tributo, trata-se de um instituto perverso para essas empresas, o que não contribui com a saúde fiscal das MPes e, conseqüentemente, com a arrecadação do Estado;
- desoneração tributária;
- qualificação para gestão de negócios com técnicas de marketing, preparando o empresário para análise de mercado, de custos e de preços;
- absorção do empresário não marginal.

Sr. Arisson Carvalho de Araújo, Gerente do Núcleo de Projetos da Fiemg, representando o Sr. Roberto de Souza Pinto, Presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica – Sindvel

O Sr. Arisson Araújo destacou que as MPes estão presentes em grande parte dos arranjos produtivos do Estado. Chamou a atenção para os arranjos produtivos eletroeletrônicos de Santa Rita do Sapucaí, formados, em sua maioria, por MPes.

Ao comentar sobre os efeitos da crise econômica nas MPes, afirmou ser muito importante a realização de investimentos pelos setores público e privado no segmento, especialmente voltados para capacitação de mão de obra e capacitação empresarial, além de inovação tecnológica focada em processos, produtos e serviços. Para o aumento de mercados e consolidação dos já existentes, ressaltou a necessidade de investimentos em propulsão comercial.

Foi relatado, ainda, o problema que o segmento eletroeletrônico enfrenta com a variação do dólar, uma vez que a maioria dos componentes eletrônicos é importada.

Para que essas empresas não fiquem à mercê dessa variação, chamou a atenção para a importância de se estimular a produção interna desses componentes.

Outro problema enfrentado pelas MPEs reside na legislação ambiental, que cria inúmeras dificuldades para os pequenos negócios.

SUGESTÕES:

- Incentivo à inovação tecnológica e à gestão da inovação;
- Capacitação de mão de obra e capacitação empresarial;
- Inserção das MPEs nas cadeias produtivas das grandes indústrias com produtos de qualidade e com preços competitivos;
- Consolidação de Arranjos Produtivos Locais – APLs – para fortalecimento do segmento, em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, com o Governo Federal e o com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae –.

Sr. Frederico César Mafra Pereira, representando o Sr. Roberto Simões, Presidente do Sebrae – MG

O Sr. Frederico Pereira discorreu sobre diversos estudos e análises conjunturais direcionados aos empresários que o Setor de Inteligência do Sebrae vem elaborando e divulgando para o melhor enfrentamento da crise mundial e seus desdobramentos no setor das MPEs. Foram relatadas algumas iniciativas, tais como a cartilha “Como agir na crise”, explicando os motivos que a desencadearam. Juntamente com essa cartilha, foi lançado um boletim com as origens da crise e seus primeiros impactos nas MPEs.

No boletim foi constatado que houve queda nas importações e nas exportações, o que não causou um grande impacto nas MPEs, dada a sua baixa capacidade de exportação. Constatou-se ainda a existência de uma grande dificuldade de acesso ao crédito desse segmento, em razão do alto custo dos recursos e da exigência de garantias. Foi ressaltada também a deficiência dos mecanismos de gestão das MPEs.

No entanto, também foram verificadas vantagens decorrentes das peculiaridades que envolvem as MPEs, entre elas, a possibilidade de adaptação mais rápida diante dos efeitos da crise para redirecionar mercados e produtos, tendo em vista a estrutura flexível que possuem.

Foi feita ainda explanação sobre um documento interno do Sebrae que buscou identificar e mapear políticas públicas voltadas às MPEs. Através dele foi identificada a

existência de políticas para o setor, constatando-se, no entanto, que o impacto dessas medidas foi reduzido. Além disso, ficou demonstrado que os impactos da crise nas MPEs sobre o faturamento, emprego e perspectiva dos empresários se deram de forma diferenciada nos setores da indústria, do comércio e de serviços.

Em sondagem trimestral realizada junto com o Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – Ipead – sobre a situação das MPEs, observou-se que, no setor industrial, as MPEs tiveram redução no faturamento, na produção física e na utilização da capacidade produtiva, o que causou o redirecionamento da produção para o mercado interno. Houve aumento das linhas de crédito para pessoas físicas e jurídicas, mas com altos *spreads*. A inadimplência aumentou em razão da queda da renda dos consumidores. A concorrência interna foi acirrada pela queda do dólar e pelo aumento dos produtos importados no mercado brasileiro. O foco das empresas foi redirecionado para produtos mais populares, voltados para as classes C, D e E. Um dado positivo identificado pela pesquisa foi o papel das MPEs no saldo de postos de trabalho gerados no País, respondendo por 82% do saldo positivo em abril de 2009.

Dessa forma, o estudo sugere uma perspectiva mais otimista, baseada no crescimento verificado nos últimos três meses.

Diante desse quadro, a missão do Sebrae é capacitar o empreendedor para o desenvolvimento de negócios sustentáveis a longo prazo, antecipando tendências de mercado. O Sebrae vem implementando ações voltadas para o aumento da competitividade das MPEs, com ênfase no fortalecimento das potencialidades e condições regionais e dos arranjos produtivos locais e regionais.

SUGESTÕES:

- Aumento das linhas de crédito para MPEs, com tratamento diferenciado;
- Redução dos custos de financiamento;
- Aproximação maior entre as instituições financeiras e as MPEs;
- Capacitação dos empresários para dar mais sustentabilidade ao setor;
- Implementação de esforços junto aos Municípios mineiros para que haja a regulamentação da Lei Geral das MPEs, com vistas à formalização dos pequenos negócios, à geração de empregos e renda, com consequente aumento da arrecadação, haja vista a diminuição das transferências dos governos federal e estadual.

Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil – Abit

Ao iniciar a exposição, o Sr. Aguinaldo Diniz Filho relatou que o setor têxtil, segundo empregador na indústria de transformação, responsável por 8,5 milhões de empregos diretos e indiretos, é composto fundamentalmente por MPes. Mais especificamente, de aproximadamente 30 mil empresas que compõem o setor, 95% são MPes.

Em Minas Gerais, o setor têxtil é responsável por 200 mil empregos diretos e mais de 90% deles estão em MPes. Dessa forma, se a crise atingir de forma contundente as MPes, pode haver consequências negativas no nível de emprego.

Os principais problemas enfrentados pelo setor consistem no difícil acesso ao crédito, principalmente no que diz respeito à prestação de garantias para aquisição de financiamentos.

SUGESTÕES:

- Incentivo à exportação:
 - Possibilitar a utilização da Agência Promotora de Exportações e Investimentos – Apex – do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que as MPes, não obstante a crise mundial, sejam preparadas para exportações, informando-as sobre as possibilidades existentes no mercado externo;
 - Pleitear que o valor das exportações realizadas pelas MPes não integre o seu faturamento para fins de enquadramento nos conceitos de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
 - Agregar valor às exportações brasileiras, uma vez que isso possibilitaria a inserção das MPes nas cadeias produtivas das médias e grandes empresas.
- Acesso ao crédito:
 - Aumentar o limite do cartão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, que hoje é de R\$ 500 mil, para R\$ 750 mil, podendo haver utilização de 50% do valor para capital de giro;
 - Instituir um fundo garantidor de crédito e o Fundo de Aval, instrumentos facilitadores do acesso ao crédito pelas MPes;
 - Criação de um banco nacional das MPes, setor que funcionaria dentro dos bancos públicos para atender, exclusivamente, às MPes.

- Desoneração tributária, com o objetivo de fomentar a formalização das empresas, com aumento significativo do número de empregos;
- Combate às importações desleais;
- Compras governamentais
 - Preferência à indústria nacional;
 - Tratamento diferenciado para as MPes no que diz respeito à Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Deputado Sebastião Helvécio

SUGESTÕES:

- Implementação de esforços pela ALMG, por meio da Escola do Legislativo, junto às Câmaras Municipais, em parceria com o Sebrae, no sentido de promover a aprovação da Lei Geral das MPes nos Municípios;
- Adoção de estratégia de diversificação e de agregação de valor aos produtos mineiros, dando importância aos investimentos em inovação tecnológica;
- Revisão de exigência de pagamento à vista dos honorários devidos aos procuradores do Estado, em processo de execução fiscal;
- Solicitação à Secretaria de Estado de Fazenda – Sef – de elaboração de estudo sobre o alargamento da substituição tributária no Estado.

Deputado Carlos Gomes

SUGESTÕES:

ÂMBITO FEDERAL:

- Ampliação da abrangência do Simples contemplando o setor de serviços;
- Alteração do § 2º do art. 26 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para estabelecer que somente as empresas de pequeno porte escretem o livro-caixa;
- Alteração do prazo de entrega da declaração anual das micro e pequenas empresas para o último dia de maio de cada ano;
- Autorização do parcelamento do Documento de Arrecadação do Simples – DAS –;
- Anulações das exclusões ocorridas em 2007 e 2008 por pendências fiscais;
- Alteração do dispositivo que exclui as MPes do Simples Nacional por débito tributário;
- Alteração do dispositivo que exclui o Microempreendedor individual – MEI – do Simples Nacional por débito tributário;

- Solicitação, junto aos bancos públicos, de informações sobre as operações de crédito, no sentido de garantir as linhas de crédito para as MPEs e também o acesso a elas.

ÂMBITO ESTADUAL:

- Solicitação junto à Sef de redução da substituição tributária;
- Elaboração de Lei Geral Estadual das Pequenas e Microempresas;
- Dispensa de transmissão das entradas e saídas discriminadas por item no Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços – Sintegra –;
- Unificação do prazo de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – (das operações do estabelecimento e das operações com substituição tributária) por meio de guia única e mensal;
- Revogação da cobrança da taxa para substituição do Demonstrativo de Apuração de ICMS – DAPI ;
- Alteração do vencimento da Taxa de Incêndio para o mês de junho, proporcionando uma melhor adequação ao fluxo de caixa das empresas;
- Extensão dos benefícios concedidos às MPEs, nos termos da Lei Complementar nº 128, de 2008.

OUTRAS PROPOSTAS:

- Articulação dos municípios para implantação de leis municipais de incentivo às MPEs, por meio da parceria ALMG/Sebrae;
- Realização de audiência pública para avaliação e discussão do tema “MPEs”.

Deputado Antônio Carlos Arantes

SUGESTÕES:

- Redução da carga tributária e do excesso de burocracia;
- Divulgação pela ALMG da Lei Geral das MPEs junto aos Municípios;
- Incentivo às compras governamentais pelos Municípios junto às MPEs.

Deputado Adelmo Carneiro Leão

SUGESTÕES:

- Criação de novos APLs;
- Anistia de pequenas dívidas tributárias das MPEs;
- Agregação de valor às matérias primas mineiras exportadas;
- Investimento em capacitação, desenvolvimento científico e tecnológico;
- Aumento da fiscalização pelos postos da Sef.